

ESPECULANDO AS ESPECULAÇÕES DE SILVA E SALAY

*Eliseu Alves*¹

Julgo os comentários de Silva e Salay pertinentes, bem feitos e trazem uma contribuição adicional ao debate sobre o desenvolvimento da nossa agricultura, tema tão esquecido quanto ela. Realmente, as previsões precisam ser cuidadosamente analisadas. Muitas vezes visam a influenciar o fluxo de investimentos para beneficiar determinados setores. É correto imaginar que sejam tendenciosas. Há, contudo, um sentimento geral que teremos problemas de oferta de alimentos em relação ao crescimento da demanda. A visão oposta também pode não ser livre de viés.

Silva e Salay são muito mais otimistas do que os especialistas que se debruçaram sobre a questão do balanço da oferta e demanda de alimentos. Limitam-se, contudo, a conjecturar, sem nenhuma tentativa de estimar modelos que incorporassem suas hipóteses. Este é, na realidade, o problema dos que se opõem a hipótese pessimista. É bom chamar a atenção que a hipótese pessimista não aponta nenhuma catástrofe. Do meu ponto de vista, ela alerta que o Brasil pode tirar proveito do desbalanço entre a oferta e demanda de alimentos se investir mais na agricultura. Mas não apenas em reforma agrária e agricultura familiar, como parecem querer Silva e Salay. Aliás, minimizar as possibilidades de a hipótese pessimista ser verdadeira é uma boa estratégia para defender prioridade exclusiva dos investimentos públicos para a agricultura familiar e reforma agrária.

É um tema velho que a urbanização e o crescimento da renda *per capita* mudam os hábitos de consumo da população. Não menos velha é a hipótese, hoje geralmente aceita, de que elasticidade-renda da demanda de alimentos convirja para zero com o crescimento da renda *per capita* disponível. Já no final da década de 50 tudo isto já era conhecido. Mas estamos muito longe de termos uma elasticidade-renda insignificante. Uma parte importante de nossa população está desnutrida. A imprensa afirma ser de 40 milhões este número. Este grupo tem muito mais capacidade de criar o caos social do que os sem-terra. O bom funcionamento de nossa democracia exigirá um aumento do poder de compra dos desnutridos e somente isto resultará num crescimento elevada da demanda de alimentos. E concordo com Silva e

¹ Pesquisador da EMBRAPA. SAIN, Parque Rural, W-3 Norte (Final). CEP 70770-901, Brasília, DF.

Salay: o acréscimo de demanda será na direção de proteína animal, frutas e hortaliças e grãos que alimentam os animais: produtos típicos da agricultura comercial, seja ela de pequenos ou grandes produtores.

Precisamos de estudos que documentem as possibilidades de a agricultura familiar reter mão-de-obra nos campos. Temos sobre o tema muito “wishful thinking”. No máximo, alguns modelos que não incorporam conceitos de dinâmica procuraram abordar o assunto. Informações de Santa Catarina dão conta de um substancial decréscimo do número de pequenos produtores de frangos, nos complexos agroindustriais lá existentes e do crescimento substancial da produção dos que permanecem. Estou realizando um estudo sobre a pecuária de leite de Minas Gerais e fico entristecido de ver o estado de penúria dos pequenos produtores. É possível que os pedidos de esmola dos nossos grandes centros tenham maior renda do que eles. Portanto, é insustentável a sua situação. Como estão, não permanecerão no meio rural. Todos os índices que medem a indigência social são piores no meio rural, especialmente no meio rural do Nordeste. O “apartheid” brasileiro tem, assim, duas faces: uma rural e outra urbana. A rural ninguém vê, exceto os que sofrem a miséria. E dela fazem parte os pequenos produtores, politicamente apelidados de agricultura familiar, termo que procura esconder a miséria de que padecem. Dito isto, não discordo da proposta que os dois autores fizeram no que diz respeito à reforma agrária e à política de terra. Apenas descreio de sua capacidade de reter população no meio rural, mesmo no curto prazo, no contexto da nossa política econômica, dominada pelo meio urbano. Mas esta é uma questão que merece ser seriamente estudada, tanto teórica como empiricamente.

Os autores dizem ser falsa a alternativa deixá-los migrar e depois atendê-los na cidade. Apenas relatei que esta é a alternativa preferida de nossa política econômica. Ou melhor, implicitamente preferida. Tanto é assim que a política econômica muito faz para expulsar os trabalhadores do meio rural e muito pouco para retê-los, conforme é bem documentado pelo dois autores. A capacidade de atração da *urbis* é muito maior que se pensa, quando se compara a renda urbana, tendo-se em conta a infra-estrutura social, com a rural. Há, é óbvio, problemas de absorção sérios. Mas são minimizados por políticas públicas, como casa própria, merenda escolar e auxílio-desemprego, que enviam sinais claros para o meio rural: se quer ser mais bem atendido mude para a cidade. Meditando sobre as invasões, conclui que se trata de mais um benefício que a *urbis* concede aos rurícolas. Invada, consiga seu lote e venda o direito de uso. E, assim, financie sua

moradia urbana. Como agricultor, suas possibilidades de sucesso são mínimas, tendo-se em conta o direcionamento da política econômica que varre o planeta.

É preciso ter cuidado com porcentagens. O 0,3% de crescimento das exportações da América Latina significam alguns milhões de dólares anuais que podem ser abocanhados por quem tiver mais competência, tanto no campo da tecnologia como no da política econômica. Além disto, estes modelos, como o do Banco Mundial, conferem muito pouca flexibilidade à estrutura de produção. Quando começamos a produzir soja, se aplicados aos dados da época, não teriam a capacidade de prever o nosso desempenho. Tendem, por isto, a favorecer o crescimento das exportações dos que já são grandes exportadores. Baseado na história, sou dos que acreditam que o Brasil tem uma enorme capacidade de aumentar suas exportações agrícolas se a política cambial deixar.

Finalmente, um assunto menos importante. Os autores conferiram-me o título de um dos arautos da teoria neoclássica da inovação induzida. Exceto pelo fato de um dos seus formuladores ter estudado na Universidade de Chicago, a teoria da inovação induzida não atingiu o estado de rigor requerido pela teoria neoclássica. O pilar da formulação neoclássica é o mercado, que transaciona produtos e contratos bem definidos. Hayami e Ruttan, tentando explicar como a pesquisa pública determinava prioridades e alocava recursos, inventaram um mercado fictício, criado por um processo dialético que é o resultado da interação dos pesquisadores com seus clientes. Obviamente, num mercado fictício as transações são apenas fictícias e se brinca de vender e comprar. Um autor, notoriamente marxista, Alain de Janvry, usou a teoria e procurou aperfeiçoá-la sem mudar o paradigma (De Janvry, 1973). Quem sabe tenha sido atraído pela expressão processo dialético. Por não ter sido capaz de evitar a criação de um mercado fictício, a teoria da inovação induzida não foi bem aceita pelos neoclássicos e já pertence à história². É verdade que a usei muitas vezes, pecando, assim, contra os rigores do neoclassicismo. Ou quem sabe não seja tão neoclássico³! Continuo, ainda, achando essa teoria adequada para estudar determinados problemas. Ela e a formulação marxista ainda não foram

² Novas evidências tendem a rejeitar a hipótese da inovação induzida no período da história americana analisado por Hayami e Ruttan (Olmstead & Rhode, 1993).

³ Não fica bem para um neoclássico defender mais investimentos para instituições públicas, como extensão rural, pesquisa, as da órbita da irrigação e a escola pública. Pouco mais fiz do que isto.

E. Alves

superadas neste respeito, não obstante a falta de rigor e a capacidade de tudo explicar que têm.

REFERÊNCIAS

- DE JANVRY, Alain. A Socioeconomic Model of Induced Innovation for Argentina Agricultural Development. **Quarterly Journal of Economics**, v.87, p.410-435, 1973.
- OLMSTEAD, Alan L.; RHODE, Paul. Induced innovation in American agriculture; a reconsideration. **Journal of Political Economy**, v.1, n.101, p.100-118, 1993.